



# 1

**ALAIN TOURAINE**  
é sociólogo, diretor da  
Escola de Altos Estudos  
em Ciências Sociais, em  
Paris, e autor de, entre  
outros, *O que é  
Democracia* (Vozes).

É impossível avaliar o caráter democrático de um país ou a evolução de suas instituições num sentido favorável ou não à democracia sem antes ter uma definição, um conceito de democracia. Este pode parecer um caminho cheio de desvios sendo que muitos gostariam de definições simples e rápidas para poder examinar os fatos. Essa visão é superficial e, na realidade, não leva a nenhum resultado além de uma acumulação de números ou de observações sobre as quais não se sabe exatamente o que dizem. Pode-se até dizer, nesse caso, bem como naqueles de todos os grandes conceitos das ciências sociais, tais como o desenvolvimento, os movimentos sociais, a justiça ou a igualdade, que a elaboração do conceito comanda totalmente ou quase totalmente o conhecimento daquilo que chamamos, rápido demais, de fatos.

# Economia e democracia no Brasil nos últimos vinte anos

ALAIN TOURAINE

Tradução de Carlos Henrique Del Tedesco Lins

No caso da democracia, aparentemente, esta pode ser uma rápida reflexão já que este tema foi frequentemente abordado, particularmente por importantes obras intelectuais. Recentemente, o PNUD, nas publicações que acompanharam seu grande programa sobre a democracia na América Latina, emprega expressões claras de grande impacto, do gênero: de uma democracia de eleitores a uma democracia de cidadãos. Essa abordagem, sobre a qual se poderia discorrer longamente, o que me parece não ser o caso aqui, define em novos termos o debate sobre a democracia. Façamos um resumo. Esse debate opôs durante muito tempo aqueles que dão prioridade àquilo que os ingleses chamam de democracia de procedimentos, em particular aquilo que R. Dahl frequentemente lembra, o respeito às regras eleitorais, principalmente a liberdade e a periodicidade, aos defensores de uma democracia que se pode chamar de econômica e social que se define por uma série de indicadores de participação e, em particular, pela medida da desigualdade de participação entre diferentes categorias sociais. Neste momento em que o século XX se acabou, é fácil de se observar que essas duas definições opostas e complementares são ao mesmo tempo necessárias e absolutamente insuficientes. Nós não conhecemos democracia sem eleições livres e sem ter os direitos políticos respeitados, mas conhecemos muitos países onde as regras eleitorais são aplicadas e onde, contudo, manifestamente não existe democracia, e é quase inútil lembrar que a ditadura hitleriana ou o comunismo nos países do Leste Europeu foram criados através de eleições livres. Inversamente, dizer que países de bem-estar e onde a maioria da população tem acesso àquilo que podemos chamar de consumo de massa são democráticos é evidentemente absurdo como mostram claramente os casos de vários países produtores de petróleo, sem mencionar outros. Nós sabemos também que o igualitarismo forçado praticado pelos países comunistas, inclusive por Cuba, não impede uma extrema concentração do poder e a indiscutível ausência de democra-

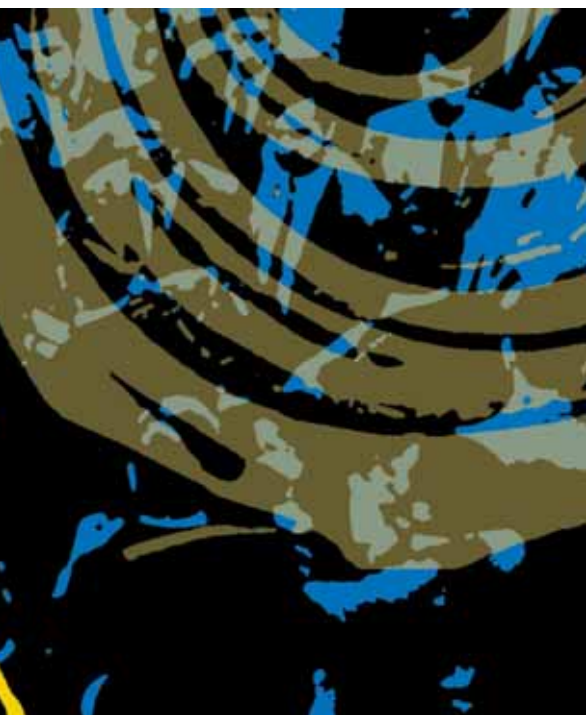
cia. É preciso portanto abandonar uma definição de democracia pela lei ou pela economia, e a maioria já o fez. É preciso encontrar uma forma de análise mais propriamente política mas que permita combinar vários componentes da realidade que tendemos a chamar de democrática. O raciocínio mais frequentemente seguido, e que me parece ser o melhor, é dizer que existem tendências opostas e complementares dentro de uma sociedade, em particular a concentração do investimento e a repartição dos frutos do crescimento, que separadas uma da outra levam a situações ou política e socialmente inaceitáveis ou economicamente catastróficas. Essa dupla observação negativa nos permite dar um passo decisivo, como, aliás, fizeram os autores do relatório do PNUD e particularmente Guillermo O'Donnell. É indispensável que existam instituições e práticas que tornem compatíveis as tendências opostas, limitando sua lógica própria, de maneira que uma seja compatível com a outra. Antes de mais nada, são instituições políticas e, mais precisamente, democráticas que permitem estabelecer a todo momento arbitragens ou definir e, portanto, limitar conflitos ou até mesmo procurar mediações ou arbitragens.



Dessa forma, fica afirmada a idéia da qual não deveríamos mais nos afastar e sobre a qual o relatório do PNUD dá uma clara expressão: a democracia depende da ordem política e não da ordem econômica nem da ordem social, e se ela é indispensável, é porque, melhor do que qualquer outro sistema político, ela permite combinar os anseios dos produtores e dos consumidores ou os anseios dos dirigentes e dos dirigidos. A expressão “uma comunidade de cidadãos”, que foi muito usada nos últimos anos e notadamente no importante livro de Dominique Schnapper, tem o grande mérito de situar a reflexão sobre a democracia no seu próprio domínio.

2. Falta precisar o sentido dessa expressão de democracia de cidadãos, já que há muito tempo temos visto separarem-se e oporem-se duas concepções cuja oposição é mais profunda e mais bem fundamentada do que aquelas a que fiz alusão. O debate que evocarei continua hoje com muito vigor em muitos lugares do mundo, sendo que é impossível falar de democracia sem escolher entre essas duas definições ou sem propor sua combinação. A primeira é claramente indicada pela idéia de comunidade de cida-

ãos, reforçada pela idéia de gestão participativa. No que se refere às idéias, nós nos ligamos aqui à tradição de Jean Jacques Rousseau e à idéia, que foi tão forte durante o século XIX europeu e que se espalhou por todas as regiões do mundo, que é: sendo um bom cidadão, ou seja, tendo os direitos da cidadania e exercendo-os, é que se pode vir a ser um indivíduo. Essa idéia, inseparável da confiança na razão e na ciência, dominou nossas concepções da educação tal qual elas se desenvolveram sobretudo na Alemanha e na França do século XIX. Essa expressão parece evitar as armadilhas de uma definição puramente econômica e social de democracia, insistindo sobre a cidadania, ou seja, respeitando o princípio já aqui evocado da especificidade do campo da democracia como sistema propriamente político. O argumento principal contra essa concepção, que me parece impossível de aceitar, é que ela repousa sobre a idéia, que fora quase verdadeira mas que já não o é, de que existem conjuntos políticos que integram as dimensões econômicas e sociais das sociedades, numa só palavra, que existem Estados nacionais ou cidades-Estado ou outras fórmulas análogas que dão ao poder político e, portanto, ao seu modo de formação, um papel de síntese no conjunto da vida nacional. Se pensarmos hoje na Grã-Bretanha da metade do século XIX, em vista de ser essa a potência dominante da época, notamos que existiam entre a economia, a educação, a ação militar, os costumes e usos da língua inter-relações muito estreitas, que permitiam identificar tudo quanto era britânico, o sistema político, via de expressão de idéias e sentimentos e via de escolhas tanto econômicas como militares, podia ser chamado de democrático porque era o lugar central da organização e das transformações de todos os aspectos da vida nacional. Entretanto isso não significa ceder à idéia superficial do desaparecimento dos Estados nacionais, mas reconhecer o arrombo dos conjuntos como aquele que eu acabo de mencionar. A globalização existe, a produção, o consumo e a comunicação de massa são importantes, os movimentos das populações au-



mentaram e parece impossível, em qualquer lugar do mundo que seja, inclusive nos Estados Unidos, que uma sociedade nacional, regional ou local tenha a capacidade de escolher suas orientações e suas práticas como se o mundo fosse feito apenas de trocas entre unidades políticas autônomas. Se as instituições políticas sofrem uma tal crise de legitimidade, se a participação política caiu drasticamente em muitos países e, enfim, se as opiniões públicas são freqüentemente hostis aos partidos políticos, como é o caso da América Latina, é preciso admitir que nossa experiência contemporânea é mais fortemente dominada pelas descobertas da tecnologia, pelos movimentos de mercado, pelas redes financeiras e, finalmente, pelos conflitos do que podemos julgar tanto como oponentes dos poderes e territórios como das culturas ou das religiões. Nós conhecemos tantos sentimentos políticos que se transformaram em nacionalismo e tantos nacionalismos usados por regimes autoritários ou servindo a totalitarismos que não podemos mais ter na idéia de cidadania a mesma confiança que no período que começou com a Revolução Francesa, a independência americana e o movimento das nacionalidades na Europa e que terminou com novas nações saídas da descolonização. Quaisquer que sejam nossas opiniões e nossas preferências, somos todos levados a uma posição mais defensiva, ou seja, mais liberal, no sentido mais preciso da palavra na linguagem política. Ali onde falávamos de participação e de cidadania, me parece que nós nos inquietávamos demais com a conquista e com o respeito aos direitos e, antes de mais nada, com os direitos políticos, com os direitos que não são mais, como no final do século XVIII, os direitos do homem e do cidadão porque eles se transformaram nos direitos do homem, dos seres humanos, contra os deveres ou contra as paixões dos cidadãos, cada vez mais levados pela procura de uma identidade e de homogeneidade que já estão entre os piores inimigos da democracia.

Nós podemos definir rapidamente esses direitos. Trata-se, em primeiro lugar,

dos direitos propriamente políticos, o que é o fundamento da democracia de procedimentos; trata-se também da igualdade de oportunidades, mas trata-se sobretudo, e aqui está a novidade, de reconhecer o conjunto dos direitos sociais e culturais através dos quais os indivíduos e grupos podem realizar aquilo que eles crêem ser sua existência pessoal, singular, aquilo que lhes dá a unidade pessoal em meio à multiplicidade de estímulos, ao caráter imprevisível das mudanças do meio ambiente econômico e internacional e também em face das expressões cada vez menos controladas dos aspectos mais diversos de suas personalidades.

Tal definição de democracia pelo respeito dos direitos me parece mais útil ao estudo de um país num determinado período do que outras, por uma questão prática.

Se nós adotamos uma definição “participativa” da democracia, ou seja, se nós a medimos em termos de diminuição da pobreza, da desigualdade, da exclusão, etc., nós não podemos escapar de uma conclusão brutal. Nem o Brasil nem o conjunto da América Latina são democráticos. A desigualdade social não diminuiu ali, mesmo se em alguns países (em primeiro lugar o Chile) a pobreza extrema e a indigência diminuíram a ponto de quase desaparecer e a pobreza diminuiu, como é também o caso do Brasil. Essa conclusão se impõe ainda mais quando, em face das imensas desigualdades que tendem, em muitas partes do mundo, mais a aumentar do que a diminuir, as políticas nacionais não consideraram como prioridade a luta contra essa desigualdade. Se esse é o critério aceito, é preciso dizer que os Estados Unidos não são um país democrático e que o caráter democrático da Europa ocidental é muito mais limitado do que crêem seus habitantes. Paralelamente, os critérios puramente institucionais podem ser avaliados tão positivamente em muitos casos que somos tentados a reduzir a esse fato a própria democracia, conclusão tão extrema que serão poucos os que ficarão satisfeitos com ela. No caso da América do Sul, e mais particularmente do Cone Sul, incorporando o Bra-

sil, justifica-se totalmente falar de queda e de esgotamento dos regimes autoritários mas não se vê o que permitiria considerar essa observação como equivalente de uma outra: o renascimento e a extensão das democracias.

Por outro lado, se adotamos a ótica que considerei como a mais satisfatória, as respostas às perguntas feitas sobre situações concretas são menos evidentes e talvez isso nos permita, se não aprovar, pelo menos entender a espantosa situação de países como o Brasil, que por muito tempo afirmaram sua vontade democrática sem se tornar uma comunidade de cidadãos, e que hoje, por uma evolução que poucos previram, acreditam responder às demandas de igualdade e de bem-estar apoiando-se em condições internacionais favoráveis e em elementos internos de retomada do crescimento, como se estas permitissem o crescimento dos bens distribuídos e como se esse progresso material pudesse ser considerado uma definição suficiente de democracia, idéia essa que, repito, ninguém pode aceitar.

Aqui estamos, diante de uma interrogação bastante nova, que torna incerta a resposta a dar às perguntas feitas sobre o Brasil contemporâneo. Isso pelo menos mostra a utilidade de conceitos que abrem as vias à reflexão e à pesquisa ao invés de fechá-las desde o princípio.

## II

**1.** O caráter principal da via política e social do Brasil, como da maior parte dos outros países da América Latina, é a fragilidade observada e quase permanente dos atores, dos conflitos e dos movimentos sociais. Situações freqüentemente descritas como insuportáveis e, portanto, de revolução, quase nunca desencadearam revoluções ou maiores conflitos em um continente onde os movimentos revolucionários foram muito raros. Aconteceram na Bolívia em 1952, provavelmente no início do movimento sandinista e também em uma

das fases da unidade popular, mas um estudo sobre o Chile conduziria a conclusões mais ponderadas. No Brasil, bem como em seus países vizinhos, o fim da ditadura aconteceu sem maiores choques, por um processo de distensão seguido de abertura e finalmente de retorno a instituições políticas. O Brasil, provavelmente mais do que outros países do continente, não observou grandes movimentos ou grandes atores coletivos. Da mesma maneira, o Brasil não conheceu uma grande época liberal, mesmo tendo visto se desenvolver um meio industrial e financeiro potente, o meio dos empreendedores de São Paulo, que procuraram constantemente o sucesso econômico ao invés da gestão política do país, sobretudo após o fracasso do levante paulista de 1932. A afirmação que eu faço aqui de forma tão direta pode surpreender e até mesmo chocar. Contudo ela corresponde a uma descrição da história social despida de qualquer messianismo revolucionário ou de qualquer discurso populista. É certo que a democracia não é o produto final de depressões sociais maiores, como foi o caso da Europa ao longo do século XIX e como também foi o caso, de maneira menos completa e não tão violentamente contrastante, dos Estados Unidos desde a Guerra de Secessão até as campanhas vitoriosas que deram direitos políticos iguais aos negros.

A história política e social do Brasil é tão pouco espetacular quanto a mexicana depois da revolução e deve ser contrastada à flamejante história da Argentina, que cedo destruiu a democracia antes de conduzir o país a uma dramática depressão da qual começa a tentar sair hoje em dia. Muitas vezes se opôs o Nordeste ou o Norte do Brasil ao Sudeste, mas essa oposição não tem expressão política clara, dado que o governo Fernando Henrique Cardoso se apoiou sobre uma parte dos representantes das oligarquias tradicionais, da mesma forma como o presidente Lula obteve sustentação de personalidades tão importantes quanto o ex-presidente Sarney. Pelo lado dos trabalhadores, nunca existiu de fato uma classe operária no Brasil. Esta realidade tão européia e mesmo norte-americana, mais

no Canadá que nos Estados Unidos, só existiu no contexto particular da indústria de mineração no México, na Bolívia, no Peru e, sobretudo, no Chile, onde se constituiu no mundo da mineração uma consciência e ação de classe suscitada pelo grande sofrimento dos trabalhadores e por uma repressão violenta. Além dessa exceção, o fato maior é a grande diversidade das situações dos trabalhadores, a importância do setor informal, a ausência de assistência social e, portanto, de influência política do conjunto dos trabalhadores e a existência de grandes desigualdades de salários. A criação de sindicatos combativos pelo atual presidente Lula na periferia industrial de São Paulo, o ABC, teve uma repercussão considerável, mas efeitos limitados ao longo do tempo. A heterogeneidade do mundo dos trabalhadores levou à separação dos operários qualificados, bem-remunerados e cobertos pela seguridade social, do conjunto dos operários que, às vezes, estão próximos da informalidade. A ausência quase total de atores de classe, a fragilidade dos movimentos regionais, a influência espacial e temporal muito limitada do movimento negro em Santos, que atingiu força notável durante algumas décadas, o caráter limitado dos conflitos do tipo religioso, num país onde proliferam as igrejas, os cultos e até as seitas e onde a principal participação ativa da igreja católica foi o apoio às reivindicações populares contra a pobreza e contra a ditadura, movimento que foi curto, em parte pela oposição do papa às iniciativas de dom Helder Câmara e mesmo do cardeal Arns em São Paulo.

País sem maiores conflitos sociais, o Brasil também foi um país sem atores políticos potentes. Os partidos políticos são tradicionalmente fracos, e o atual Partido dos Trabalhadores foi o primeiro grande partido moderno que o Brasil conheceu. Durante muito tempo, foi grande a mobilidade de deputados de um grupo político a outro; durante muito tempo, as relações de clientelismo e de coronelismo foram mais fortes do que pertencer a grupos políticos nacionais, e o presidente Cardoso manteve ou desenvolveu um estilo de governo mui-

to pessoal, sem procurar polarizar a vida política ao redor de dois partidos políticos, sendo um o seu sustentáculo e o outro o seu adversário eleitoral. Se somarmos a isso que a entrada do Brasil no regime democrático ao final do governo militar se operou em condições muito ruins depois da morte prematura de Tancredo Neves, a ponto de o país ser tomado por uma verdadeira crise de legitimidade do presidente, é preciso concluir, o que é cômodo, mas suscita resistências psicológicas, que a vida social e política do Brasil foi *low profile*, não conheceu maiores conflitos nem reviravoltas brutais dado que as grandes decisões das últimas décadas foram a luta vitoriosa do presidente Cardoso contra a inflação e, mais importante ainda, o continuísmo do governo do presidente Lula em relação ao governo do presidente Cardoso, definido pelo rigoroso respeito às instituições estabelecidas e também ao quadro econômico internacional, no qual deveria situar-se a economia brasileira, sem o que ela entraria na zona de tempestades. Essa conclusão me parece mais límpida do que aquela que daria uma resposta positiva ou negativa à pergunta feita sobre a democratização do Brasil. Foi mais a fragilidade dos desafios e dos adversários do que a dinâmica própria do sistema político e do país inteiro que fez da história do Brasil nas últimas décadas um “longo e tranqüilo rio”, a ponto de surpreender o mundo todo que esperava que a estupenda vitória do presidente Lula levasse imediatamente a mobilizações sociais massivas, a movimentos e conflitos intensos e a ousados programas de transformação econômica. Deve-se concluir que o Brasil, claramente saído de regime militar, posicionou-se num baixo nível de democratização porque não existiam ataques a repelir nem grande debate nacional a gerir? Essa conclusão, se fosse preciso adotá-la, não seria chocante, pois ela é aplicável a vários países a ponto de se pensar que seria chegado o momento de renunciar quase que totalmente à idéia de democracia e se contentar com definições negativas, insistindo mais na manutenção das liberdades públicas do que nos esforços para a transforma-

ção da sociedade. Em outros termos, a fórmula com a qual o PNUD resumiu sua concepção – de uma democracia de eleitores a uma democracia de cidadãos – deveria ser derribada no caso do Brasil e de muitos outros países. Mais exatamente, já que raramente houve uma democracia de cidadãos, principalmente ao final do século XX, nós deveríamos nos contentar com uma democracia de eleitores, quando, em tantos lugares do mundo, existem regimes políticos que tiram todos os direitos políticos de suas populações e proíbem eleições livres.

2. Entretanto tal conclusão me parece inaceitável, porque negligencia aspectos importantes da vida no Brasil, entre os quais alguns têm relação direta com a definição que eu elegi de democracia como governo de direitos (no plural).

Antes, e um pouco mais longe do universo político, é preciso lembrar o vigor dos esforços econômicos realizados, sobretudo pelo Estado durante um longo período, mas mais recentemente por numerosas formas e forças de desenvolvimento interno. De forma geral se reconhece que a democracia norte-americana é, em parte, fundamentada sobre o individualismo, o espírito de aventura e de empreendedorismo e também sobre a força das convicções morais. Opinião essa com a qual concordo mas que também deve ser aplicada no caso do Brasil, país dos *bandeirantes* mas também das frentes de desenvolvimento agrícola como em Goiás. País de messianismos, de cultos afro-brasileiros e de igrejas de todos os tipos, o Brasil político repousa sobre a diversidade, e a forte consciência nacional que se vê ali é complemento dessa diversidade, e não seu oposto.

É mais difícil atingir traços sociais e culturais mais próximos do espírito democrático tal qual foi definido aqui. Mas existe uma definição de “brasileidade” que se apóia em poucas tradições ou reivindicações do tipo nacional, que tem pouco respeito pelas leis e instituições a ponto de a violência e a corrupção se desenvolverem em larga escala, mesmo que em um nível

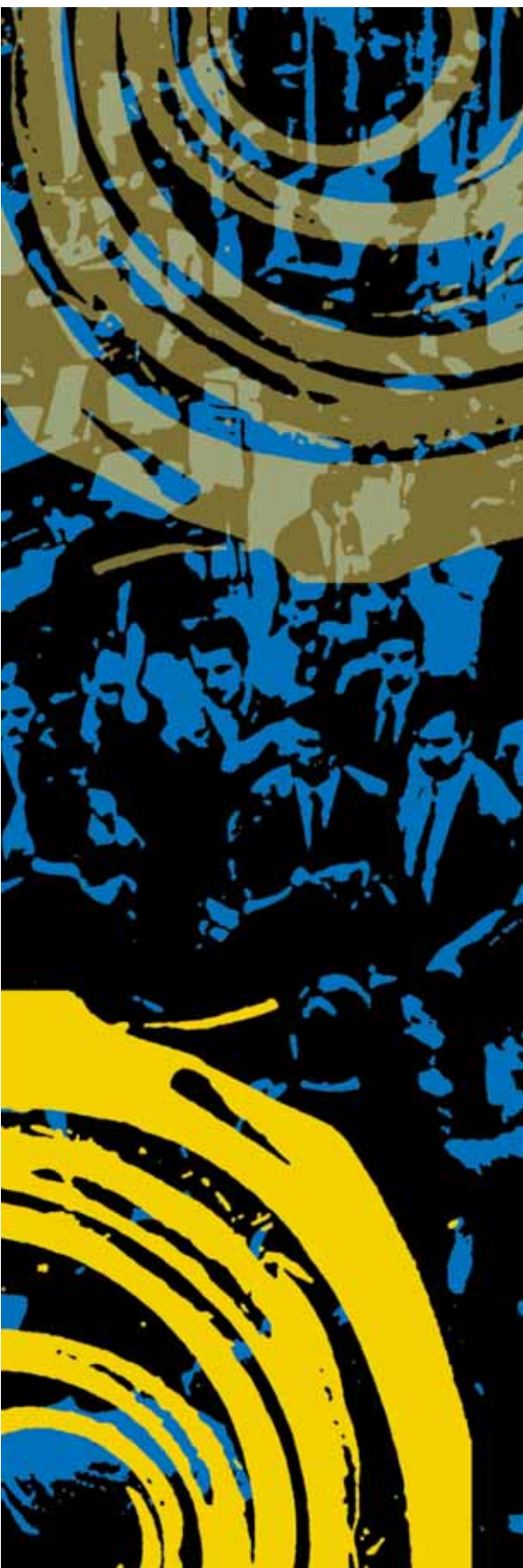
inferior ao de outros países. De tal sorte que, por um aparente paradoxo, eu quero sugerir que esse frágil enquadramento nacional e social dos brasileiros faz de seu país uma região onde os direitos da maioria são relativamente bem protegidos e onde os mecanismos de inculcação, de implementação da ordem e da disciplina são muito restritos. Poder-se-ia esperar deste país grandes tempestades, mas encontramos pequenos navegadores que levam seus barcos dentro de um respeito às normas sociais e administrativas limitado mas com forte ligação a um país e uma cultura e, conseqüentemente, mesmo se freqüentemente de forma indireta, a um país que está mais perto de ser uma democracia de direitos do que uma democracia de instituições ou uma democracia de participação social. Seria difícil fazer aqui uma comparação com o Chile, que, apesar de seu tamanho muito menor, é freqüentemente citado hoje em dia como o país de maior sucesso no continente. O Chile é um país de conflitos intensos, um país onde grandes coalizões políticas se formaram constantemente, onde os ensejos são sempre extremos, mesmo se depois da volta da democracia, e mais precisamente depois do governo de Ricardo Lagos, o país parece se aproximar desse modelo de democracia de direitos que encontra no Brasil sua principal expressão. Encontra-se na história intelectual do Brasil um argumento importante em favor desta interpretação. Enquanto a grande maioria dos intelectuais do continente se ligou às formas mais radicais da teoria da dependência e, conseqüentemente, se apoiou nas condutas de ruptura e sobretudo de guerrilhas, principalmente no modelo de Fidel Castro, e se é verdade que intelectuais brasileiros importantes participaram dessa vasta corrente de idéias que se aplicaram tanto às ações armadas quanto à Teologia da Libertação, foi no Brasil que se manteve e se desenvolveu o único pólo de resistência a esse radicalismo em nome da idéia que deveria ser evidente para todos, a de que a dependência do exterior, por maior que ela possa ser, não elimina a importância dos problemas de integração nacional,



não mais que as relações e conflitos de classes. Conseqüentemente, como afirmaram Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e outros, existe um espaço político autônomo, já que se trata de combinar três ordens de problemas e soluções, e não de tudo remeter a uma luta extrema contra uma dependência onipresente. Podemos evocar aqui o papel da Grã-Bretanha do final do século XIX e início do século XX, num momento em que o espírito bolchevique, em prosseguimento ao espírito jacobino, a elevava a um nível mundial, criando a III Internacional, o poder leninista (em seguida o de Mao) de grupos fracos e limitados de intelectuais e sindicalistas ingleses criou a idéia de democracia industrial, ou seja, de extensão dos direitos universais da democracia ao universo das situações e das relações de trabalho, que veio a se transformar em social-democracia e conquistou não somente a Europa ocidental mas também muitas outras partes do mundo depois da queda do nazismo como resposta aos ataques soviéticos. O Brasil pode ser considerado como o país que melhor resistiu às tentações da ação global, revolucionária. E, falemos claramente, as idéias de democracia e de revolução são totalmente opostas uma à outra, mesmo se essa oposição cria zonas de fraqueza e até de autodes-truição dentro do mundo democrático.

As expressões que acabo de empregar podem parecer muito leves ou até mesmo confusas. Isso acontece porque estamos há muito tempo acostumados, particularmente nos países outrora chamados de Terceiro Mundo, mesmo se esses já são modernas economias emergentes, a associar a democratização a imagens militares: mobilização de massas e queda das fortalezas do capitalismo, às vezes até desencadeando guerras dentro de uma nação ou mesmo blocos opostos para a dominação do mundo. Essa tradição tem suas origens na França, onde a transformação da sociedade não somente aconteceu através de uma revolução sangrenta mas, sobretudo, foi associada à guerra internacional e a guerras internas. “A pátria está em perigo” é um grito mobilizador, cuja mais célebre expressão é

a *Marselhesa*, entretanto, no nosso século, evidentemente é o mundo soviético e, em seguida, a Revolução Chinesa, que seguiram e amplificaram essa tradição, sem esquecer que no México ela assumiu formas extremas e duradouras. Existe, diante dessa concepção “forte” de democracia, uma concepção “fraca”, diante dessa concepção militar uma concepção civil, diante do levante nacional e popular, a construção e defesa dos direitos individuais? Trata-se de um debate ao mesmo tempo histórico e sociológico mas se trata, mais concretamente ainda, de responder à pergunta feita aqui: o Brasil conheceu um processo de democratização? Se isso se refere apenas a essa democracia “forte”, combativa, tão freqüentemente evocada, a resposta tem que ser negativa. Não aconteceram a eliminação dos ricos e o grande movimento dos pobres urbanos e do campo sobre os centros do poder e sobre os bairros chiques, não existiram tribunais populares nem o exílio das classes urbanas que tivessem perdido suas propriedades ou seu poder. E a opinião mundial, incluindo-se a de dentro do Brasil, perdeu seu conteúdo depois da eleição do presidente Lula pela ausência de movimentos sociais, pela inexistência de grandes programas de transformação, pela extrema atenção dada pelo presidente à opinião dos dirigentes econômicos mundiais e, finalmente, nós observamos uma sensível melhora da situação econômica do país que nada deveu a uma política revolucionária na realidade inexistente. Deve-se então falar de derrota da democracia e de manutenção da desigualdade e dos privilégios? É possível, mas somente se nos contentarmos com análises clássicas, aquelas que corresponderam no mundo inteiro ao papel dominante dos partidos comunistas quando estes, em geral, tiveram um papel muito limitado na América Latina, com exceção do Chile, onde, aliás, o partido comunista mais foi um moderador face aos excessos e à desorganização vindos do partido socialista, que não parou de tentar levar Allende numa direção “revolucionária”. Seria um erro não notar, paralelamente à ausência de uma democracia militante




e quase militar, o reforço de uma democracia de direitos e de instituições. Esse reforço, de fato, não somente é visível mas também se apresentou sob uma forma espetacular, o continuísmo do governo do presidente Lula em relação ao governo do presidente Cardoso, continuísmo que não aconteceu por si só e que foi de encontro à opinião de grande parte da população mas que era vontade dos dois presidentes e tinha formas diferentes mas a mesma força inovadora. De uma maneira quase paradoxal, foi o presidente Cardoso que perseguiu mais ativamente o modelo social-democrata europeu: luta contra o analfabetismo e contra a mortalidade infantil, construção de casas e distribuição de terras, reconstrução de um aparelho estatal independente e competente, resultados esses muitas vezes subavaliados pelos próprios brasileiros e que se constituíram como elementos poderosos dessa democracia que eu chamei de “doce”. A maior surpresa veio do presidente Lula. Muitos esperavam que ele desse prioridade a uma massiva mobilização popular, entretanto ele indicou, antes mesmo de exercer o poder, sua intenção de respeitar as instituições parlamentares, ou seja, de procurar construir uma maioria nas duas assembleias, e também a sua intenção de evitar enfrentamento com os organismos financeiros internacionais no momento em que esse enfrentamento tomava uma forma extrema na vizinha Argentina.

Não se devem dissimular as insuficiências dessa concepção de democracia que dominou a história brasileira. A desigualdade não diminuiu, existe ainda imensa miséria no país, e a manutenção da ordem urbana é freqüentemente enfraquecida pela corrupção, pela violência ou pela associação da polícia com os patrões da economia ilegal, mas é muito importante reconhecer, apesar de tantas previsões, de tantos pré-julgamentos e até de tantas esperanças, que o Brasil se constituiu numa sociedade civil.

Perguntemo-nos, portanto, quais são as razões pelas quais a escolha do Brasil se deu sobre o reforço das instituições e sobre o respeito dos direitos e não sobre uma





mobilização popular encarregada de destruir as muralhas da desigualdade. A razão principal não me parece estar no progresso da globalização e, conseqüentemente, da penetração de um modelo do tipo americano em toda a América Latina, pois é possível facilmente constatar que essa penetração não deu certo em muitos casos. A razão principal da escolha feita é que a outra via, a da violência a serviço da democracia, ela mesma prisioneira de um poder estrangeiro ou nacional, que freqüentemente atraiu, nunca deu certo, e o porquê disso se encontra no cerne de todas as análises sobre a América Latina. Faço um lembrete de qual é esse cerne. A formação de conflitos e de movimentos sociais do tipo europeu conduziu à revolução quando esses movimentos não encontraram resposta nas instituições políticas existentes, conforme a explicação dada por Lênin em *O Que Fazer?* Ora, na América Latina, o problema nunca foi que demandas populares superaram as respostas políticas, pois, em todos os lugares, os sistemas políticos, que chamamos a justo título de nacional-populares, souberam incorporar uma parte das demandas sociais, direcionar uma outra parte para a marginalidade e, enfim, lançar mão da repressão contra ainda outros elementos. Na Europa, os atores sociais foram fortes, e as instituições, rígidas e freqüentemente cegas às demandas populares, o que conduziu à transformação e fez transbordar a idéia de democracia para a idéia de revolução. Na América Latina, nunca houve fortes atores sociais independentes do Estado cuja homogeneidade viria do enfrentamento direto com as forças e classes sociais opostas. A concepção castrista de revolução se definiu pela ruptura, ainda mais completa que no leninismo, entre uma vanguarda militarizada e as populações dominadas ou manipuladas tanto interiores como do exterior. Essa concepção pôde se justificar evocando a miséria dos homens ou a brutalidade das empresas estrangeiras, mas ela se constitui num contra-senso completo e constante na interpretação das sociedades e, sobretudo, dos sistemas políticos, que eram muito mais abertos do que se pensa-



va, mesmo se o espaço da repressão sempre permaneceu enorme. Se eu propus *A Palavra e o Sangue* como definição da América Latina, ou seja, a dualidade entre o mundo aberto da palavra, gerado antes de mais nada pelo Estado, e o mundo do sangue, ou seja, a repressão sobre camponeses, minorias ou manifestações urbanas, foi para enfatizar a grande abertura do sistema político, que vai até mesmo à corrupção e, conseqüentemente, ao erro das análises que reduzem a situação do Brasil, por exemplo, a uma dominação estrangeira. O erro é particularmente flagrante no caso do Brasil, que é, ao mesmo tempo, um mercado interno importante, um centro de criação e de expansão industriais de primeira ordem ao redor de São Paulo e um sistema político que, seja em nome do nacionalismo, seja em nome de diversas formas de participação, sempre criou uma abertura parcial, mas suficiente para impedir que uma sociedade passasse para a ação revolucionária em prol, é às vezes verdade, da passagem para uma violência e desorganização política e administrativa mais do que revolução social, como é o caso do Haiti.

A surpreendente história do Brasil, marcada por constantes erros de avaliação das políticas implementadas, por falsas acusações contra Cardoso e também por falsas acusações contra Lula, que teria traído as esperanças populares, é tão difícil de entender e de aceitar que me parece necessário recomençar quase do zero e propor uma nova linha de análise baseada na oposição da democracia e da revolução, nas razões pelas quais a via revolucionária ficou quase sempre esvaziada e em por que os progressos da democratização foram associados a tão poucas transformações estruturais e também à manutenção da violência urbana, que constitui uma ameaça constante aos direitos da população.

Seria preciso, se tivéssemos mais tempo aqui, fazer uma indispensável comparação entre o Brasil e outros países, por um lado o Chile, que também durante tanto tempo suscitou a decepção antes de finalmente realizar progressos, e, por outro lado a Argentina, que se encontrou mais longe

de uma situação revolucionária, sendo dominada pelos efeitos destruidores de uma grande dependência do sistema financeiro internacional. Mas o Brasil é a única grande potência do continente, ele é, e cada vez mais será, um dos principais atores da ordem mundial. Esta é a razão pela qual é hoje indispensável compreender a democracia brasileira, ou ainda a democracia indiana tanto quanto foi necessário e difícil compreender a formação da democracia americana ou a gestão pela França da herança da sua revolução.

Entretanto não devemos nos contentar com essa conclusão. É preciso dizer que a força de uma democracia se mede pela capacidade da democracia de direitos de acolher e de reforçar uma democracia de participação e até, para ser mais radical, de igualdade. Nós temos muitas experiências de movimentos pela justiça ou pela igualdade que se transformaram em regimes autoritários ou mesmo totalitários, ou ainda em caos político para ignorar a importância decisiva de uma democracia de direitos já que somente ela introduz referências universalistas superiores a todos os interesses de grupos ou de comunidades. Seria ainda pior aceitar ou reforçar essa democracia de direitos porque ela aparece como uma defesa contra as reivindicações e os movimentos sociais. Ao contrário, o respeito às instituições e aos direitos só tem sentido positivo e só deve ser defendido se ele permite levar cada vez mais longe a resposta às reivindicações, transformando-as, ou ao chamado do interesse de grupos em uma ação coletiva colocada a serviço dos direitos individuais a defender ou a construir. Essa é a situação atual do Brasil: o país conseguiu o que poucos observadores ou atores haviam previsto, a saber, o reforço das instituições democráticas, que estão hoje mais sólidas. Entretanto, existe o risco de essas instituições não servirem ao tratamento democrático das reivindicações sociais. A consolidação das instituições democráticas no Brasil será convincente somente quando ela permitir avançar na luta contra as desigualdades e contra todas as formas de exclusão.